

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 360, DE 1991
(DO SR. AMAURY MULLER)



Introduz alterações na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

VIDE CAPA

~~(AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
(ADM); E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ART. 24, II)~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões : Art. 24, II
Constituição e Justiça e de Redação (ADM)
Trabalho, de Adm. e Serviço Público

Em 19 / 03 / 91.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 360, DE 1991
(Do Sr. AMAURY MÜLLER)

Introduz alterações na Lei nº
8.036, de 11 de maio de 1990, que
dispõe sobre o Fundo de Garantia
do Tempo de Serviço.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O caput e o § 3º do art. 3º da Lei nº
8.036, de 11 de maio de 1990, passam a vigorar com a seguinte
redação:

"Art. 3º O FGTS será regido
segundo normas e diretrizes estabele-
cidas por um Conselho Curador,
integrado por três representantes
da categoria dos trabalhadores,
três representantes da categoria
dos empregadores, um representante
do cooperativismo habitacional, a-
lém de um representante de cada uma
das seguintes entidades: Minis-
tério da Economia, Fazenda e Plane-
jamento, Ministério do Trabalho e
Previdência Social, Ministério da
Ação Social, Caixa Econômica Fede-
ral e Banco Central do Brasil."

"§ 3º Os representantes dos
trabalhadores e dos empregadores e
seus respectivos suplentes serão
indicados pelas respectivas cen-
trais sindicais e confederações na-
cionais, sendo o representante do
cooperativismo habitacional e seu
suplente indicados pela Organiza-
ção das Cooperativas Brasileiras,
todos nomeados pelo Ministro do
Trabalho e da Previdência Social,
e terão mandato de 2 (dois) anos,
podendo ser reconduzidos uma única
vez."



Art. 2º O art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"§ 6º Os financiamentos nos programas habitacionais vinculados a recursos do FGTS serão destinados prioritariamente às cooperativas habitacionais."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A legitimidade das cooperativas habitacionais no setor da habitação popular está plenamente consagrada. Nos seus vários anos de existência, o cooperativismo habitacional prestou uma grande contribuição ao país, ao construir milhares de unidades residenciais destinadas à faixa da população de menor poder aquisitivo.

Nos últimos anos, no entanto, o governo vem criando dificuldades para o funcionamento das cooperativas. Os recursos vêm sendo sistematicamente negados e agora estão sendo desviados para as empresas de construção civil, através de programas como o PEP - Plano Empresário Popular, aprovado pela Resolução nº 12 do Conselho Curador do FGTS.

Para os adquirentes dos imóveis, uma grande desvantagem: enquanto as cooperativas vendem os imóveis a preço de custo, os construtores negociarão a preço de mercado.

Os recursos do FGTS são regidos segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador. Na composição deste, há representantes do governo, dos trabalhadores e



Art. 2º O art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"§ 6º Os financiamentos nos programas habitacionais vinculados a recursos do FGTS serão destinados prioritariamente às cooperativas habitacionais."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A legitimidade das cooperativas habitacionais no setor da habitação popular está plenamente consagrada. Nos seus vários anos de existência, o cooperativismo habitacional prestou uma grande contribuição ao país, ao construir milhares de unidades residenciais destinadas à faixa da população de menor poder aquisitivo.

Nos últimos anos, no entanto, o governo vem criando dificuldades para o funcionamento das cooperativas. Os recursos vêm sendo sistematicamente negados e agora estão sendo desviados para as empresas de construção civil, através de programas como o PEP - Plano Empresário Popular, aprovado pela Resolução nº 12 do Conselho Curador do FGTS.

Para os adquirentes dos imóveis, uma grande desvantagem: enquanto as cooperativas vendem os imóveis a preço de custo, os construtores negociarão a preço de mercado.

Os recursos do FGTS são regidos segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador. Na composição deste, há representantes do governo, dos trabalhadores e



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Art. 3º - O FGTS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, integrado por três representantes da categoria dos trabalhadores e três representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Ministério da Ação Social, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

§ 3º - Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Art. 9º - As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades para esse fim credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador, em operações que preencham os seguintes requisitos:

I - garantia real;
II - correção monetária igual à das contas vinculadas;

III - taxa de juros média mínima, por projeto, de três por cento ao ano;

IV - prazo máximo de vinte e cinco anos.

§ 1º - A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

§ 2º - Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º - O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, sessenta por cento para investimentos em habitação popular.

§ 4º - Os projetos de saneamento básico e infra-estrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.

§ 5º - Nos financiamentos concedidos a pessoa jurídica de direito público será exigida garantia real ou vinculação de receitas.

PROPOSIÇÃO : PL. 0360 / 91
AUTOR : AMAURY MULLER - PDT/RS

DATA APRES.: 19/03/91
** (Art. 24, II RI) **

Introduz alteracoes na Lei no. 8036, de 11 de maio de 1990, que dispoe
sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Servico.

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)
Trabalho, Administracao e Servico Publico

SGM/Edilson.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 360/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 25/06/91, por 3 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 1991


HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 0360/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18 / 11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 0360/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18 / 11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário